# 8 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores Expressos em R\$)					
ATIVO					
	2020	2019			
ATIVO CIRCULANTE					
BANCOS C/ MOVIMENTO	374,20	705.761,45			
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	23.903.209,98	18.666.930,22			
VALORES A RECEBER Projetos a Receber	<u>12.822.848,42</u> 13.922.058,99	<u>19.079.785,42</u> 19.777.348,39			
(-) Perdas Estimadas em CLD	(1.099.210,57)	(697.562,97)			
OUTROS CRÉDITOS	132.819.34	171.494,05			
ESTOQUE	9.800,85	7.430,14			
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	<u>3.537,65</u>	3.660,44			
ANTECIPAÇÃO DE RECURSOS A CONTRATOS	3.184.362,56	3.954.885,81			
ADIANTAMENTO A FORNECEDOR	<u>83.637,81</u>	<u>19.435,35</u>			
CRÉDITOS DE CT ENCARGOS TRABALHISTAS	<u>10.699.374,75</u>	<u>10.942.064,04</u>			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	<u>50.839.965,56</u>	<u>53.551.446,92</u>			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	115.007.57	22 424 45			
DEPÓSITOS JUDICIAIS	<u>116.297,67</u>	83.421,15			
IMOBILIZADO Imobilizado Permanente	7.899.093,82	8.357.020,14			
Imobilizado Permanente Imobilizações em Bens de Terceiros	3.057.825,85 6.614.789,27	2.971.719,09 7.014.734,97			
Depreciação de Imobilizado Permanente	(1.773.521,30)	(1.629.433,92)			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.015.391,49	8.440.441,29			
TOTAL DO ATIVO	<u>58.855.357,05</u>	<u>61.991.888,21</u>			
PASSIVO	DACCIVO				
PASSIVO CIRCULANTE					
FORNECEDORES	<u>174.223,37</u>	<u>456.596,50</u>			
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	<u>751.758,29</u>	1.431.949,78			
OBRIGAÇÕES FISCAIS	100.667,72	<u>111.967,28</u>			
PROVISÕES DIVERSAS	<u>11.811.835,86</u>	<u>12.106.343,04</u>			
Férias e FGTS s/Férias	1.112.461,11	1.164.279,00			
Provisões p/Indenizações e encargos	10.699.374,75	10.942.064,04			
PROVISÕES P/CONTENCIOSOS	435.519,90	648.479,85			
CONVÊNIO A EXECUTAR	7.035.167,23	7.027.246,45			
RECEITA DIFERIDA	31.942.200,42	36.566.060,10			
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	<u>52.251.372,79</u>	<u>58.348.643,00</u>			
PATRIMÔNIO LIQUIDO  PATRIMÔNIO SOCIAL	60.000,00	60.000,00			
SUPERÁVIT ACUMULADO	3.636.351,42	2.979.086,44			
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.907.632,84	604.158,77			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.603.984,26	3.643.245,21			
TOTAL DO PASSIVO	<u>58.855.357,05</u>	<u>61.991.888,21</u>			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (Valores Expressos em R\$)		
(13,010,03	505 cm (t+)	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
RECEITA OPERACIONAL	<u>8.084.556,41</u>	<u>5.106.035,86</u>
RECEITA SEM RESTRIÇÃO		
Receitas de Contratos Privados	877.960,22	456.830,93
Receitas de Doações e Contribuições	7.080,40	-
Receitas de Estudos e Pesquisas	40.679,91	310.257,56
Receitas Operacionais e Administrativas	2.272.938,35	2.169.329,36
Outras Receitas	4.885.897,53	2.169.618,01
TERMO DE COLABORAÇÃO GOV. ESTADUAL	<u>253.492,94</u>	<u>1.329.617,63</u>
RECEITA COM RESTRIÇÃO	<u>17.386.071,11</u>	<u>25.014.283,32</u>
Atividade na Área de educação	20.214,30	188.239,49
Atividade na Área de Saúde	13.423.889,43	8.295.360,47
Atividade na Área de Assistência Social	666.439,89	576.583,70
Atividade na Área de Assistência à Saúde	780,04	22.435,91
Atividade na Área de Medicina Legal	-	132.803,42
Atividade na Área de Educação em Saúde	1.984.380,57	2.581.254,84
Atividade na Área de Sustentabilidade Econômica	-	502.963,78
Atividade na Área Tecnologia da Informação	5.127,50	9.239,60
Outras Atividades de Serviços Prestados	1.285.239,38	12.705.402,11
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL	<u>25.724.120,46</u>	<u>31.449.936,81</u>
DESPESAS		
DESPESAS DE PROJETO E PESQUISA	<u>648.222,40</u>	<u>752.510,91</u>
Despesas Gerais e Administrativas	5.464,42	15.069,14
Despesas de Pessoal e Trabalhista	119.517,89	144.395,89
Serviços de Terceiros	200.051,37	440.991,19
Material de Consumo	323.188,72	152.054,69
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>4.813.890,01</u>	<u>4.976.371,75</u>
Despesas Administrativas	1.667.295,95	1.306.528,63
Despesas de Pessoal e Trabalhista	2.256.711,17	2.525.119,63
Serviços de Terceiros	557.320,00	722.837,99
Material de Consumo	40.529,42	41.952,01
Apoio ao Hospital Universitário	232.798,13	245.902,78
Apoio a UFMA	58.943,92	124.997,12
Apoio aos Projetos Diversos	291,42	9.033,59
DESPESAS COM PROJETOS SOCIAIS	<u>122.119,78</u>	<u>311.644,84</u>
Despesas de Pessoal e Trabalhista	42.653,74	42.737,84
Serviços de Terceiros	78.000,00	114.498,60
Material de Consumo	1.466,04	154.408,40
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	<u>12.876,36</u>	<u>840,87</u>
BENS DE PEQUENO VALOR	<u>405,00</u>	=
DESPESA COM RESTRIÇÃO	<u>17.386.071,11</u>	<u>25.014.283,32</u>
Despesas na Área de Educação	20.214,30	188.239,49
Despesas na Área de Saúde	13.423.889,43	8.295.360,47
Despesas na Área de Assistência Social	666.439,89	576.583,70
Despesas na Área de Assistência à Saúde	780,04	22.435,91
Despesas na Área de Medicina Legal	-	132.803,42

Despesas na Área de Educação em Saúde	1.984.380,57	2.581.254,84
Despesas na Área em Sustentabilidade Econômica	-	502,963,78
Despesas na Área de Tecnologia da Informação	5.127,50	9.239,60
Outras Atividades de Serviços Prestados	1.285.239,38	12.705.402,11
TOTAL DAS DESPESAS	22.983.584,66	<u>31.055.651,69</u>
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDA	2.740.535,80	394.285,12
RESULTADO FINANCEIRO	<u>167.097,04</u>	<u>209.873,65</u>
RECEITAS FINANCEIRAS	189.916,28	289.346,74
DESPESAS FINANCEIRAS	(22.819,24)	(79.473,09)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.907.632,84	604.158,77

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL					
	(Valores Expressos em R\$)				
DISCRIMINAÇÃO PATRIMÔNIO RESULTADO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT TOTAL I PATRIMÔ SOCIAL EXERCÍCIO ACUMULADO SOCIA					
SALDOS EM 31/12/2018	60.000,00	1.047.452,40	1.951.205,61	3.058.658,01	
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(19.571,57)	(19.571,57)	
Transferência para o Superávit Acumulado	-	-	1.047.452,40	-	
Superávit do Exercício	-	604.158,77	-	604.158,77	
SALDOS EM 31/12/2019	60.000,00	604.158,77	2.979.086,44	3.643.245,21	
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	53.106,21	53.106,21	
Transferência para Superávit Acumulado	-	-604.158,77	604.158,77	-	
Superávit do exercício		2.907.632,84	-	2.907.632,84	
Saldo em 31/12/2020	60.000,00	2.907.632,84	3.636.351,42	6.603.984,26	

(Valores Expres	sos em R\$)	
(1	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>4.217.053,57</u>	3.764.379,5
(=) Superávit do exercício	2.907.632,84	604.158,77
Receitas/Despesas que não afetam o Caixa		
(+) Despesas de depreciações	144.087,38	192.835,8
(+/-) Ajuste de exercícios anteriores	53.106,21	-19.571,53
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS	1.112.227,14	2.986.956,52
Fornecedores	-282.373,13	168.991,04
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-680.191,49	65.579,8
Obrigações Fiscais	-11.299,56	-93.593,5
Provisões	-294.507,18	1.875.125,6
Provisão para Contencioso	-212.959,95	-872.135,3
Outras contas a pagar	0,00	-4.342,9
Receitas diferidas e Convênios	-4.615,938,90	-360.651,3
Créditos a receber	6.256.937,00	3.909.789,9
Outros Créditos	38.674,71	56.821,1
Estoques	-2.370,71	3.780,8
Despesas antecipadas	122,79	1.596,6
Antecipação de Recursos a Contratos	770.523,25	627.135,0
Depósitos realizáveis a longo prazo	-32.876,52	-12.750,6
Adiantamento a Fornecedores	-64.202,46	-13.931,4
Créditos de CT Encargos trabalhistas	242.689,29	2.364.458,41
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	313.838,94	-858.442,7
Aquisições/Baixas no Imobilizado	-954.484,11	-1.233.144,6
Aquisições/Baixas nas Depreciações	1.268.323,05	374.701,9
VARIAÇÃO TOTAL DAS ATIVIDADES	4.530.892,51	2.905.936,8
Início do Período	19.372.691,67	16.466.754,83
Final do Período	23.903.584,18	19.372.691,6
VARIAÇÃO DE CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>4.530.892,51</u>	2.905.936,84

#### NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31.12.2020

#### **NOTA 1- CONTEXTO OPERACIONAL**

A Fundação Josué Montello é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Dotada de autonomia administrativa, patrimonial, de gestão financeira e operacional, instituída por Escritura Pública, lavrada às fls. 150 a 157 do livro de notas nº 586, do Cartório "Oswaldo Soares", do Estado do Maranhão, registro nº 12.846 em 11 de setembro de 1996.

O objetivo social da Entidade é gerir, em caráter filantrópico e beneficente, os recursos do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão-HU-UFMA, oriundos do Sistema Único de Saúde – SUS ou de outras fontes, resultantes de assinatura de contratos, convênios e de outros instrumentos congêneres, provendo-o de recursos humanos, equipamentos e materiais que se fizerem necessários para a manutenção, expansão e melhoria da assistência médico-hospitalar prestada à comunidade maranhense bem como dar apoio ao ensino médico, às pesquisas científicas e tecnológicas e outras correlatas, de modo a propiciar ao HU-UFMA recursos financeiros que possam subsidiar suas atividades assistenciais, em especial, à parte da população hipossuficiente garantindo a gratuidade desses serviços à comunidade.

Para a consecução de seus objetivos, a FJMONTELLO poderá apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de inovação, em suas áreas administrativas financeira, técnica e operacional, nos campos de atuação de: administração, assistência social, ciência e tecnologia, cultura, comunicação, educação, meio ambiente, planejamento, saúde, segurança e tecnologia de informação e: propiciar e promover a instalação e manutenção de cursos, estimular a edição de publicações técnicas e científicas, promovendo a divulgação do conhecimento, realizar e apoiar a realização de congressos, seminários, simpósios e conferências, conceder bolsas de estudo em nível de graduação e pósgraduação, para estágios, auxílios de assistência a professores, estudiosos e pesquisadores, obedecendo os critérios e condições estabelecidos no Regulamento para concessão de Bolsa de Estudo aprovado pelo Conselho Curador e pelo Ministério Público, emitir parecer técnicos e promover a divulgação dos resultados de pesquisas, explorar, através de convênios com a Universidade Federal do Maranhão, inventos e descobertas de qualquer natureza, resultantes de suas atividades de pesquisa. Organizar e prestar serviços, mediante remuneração, nas áreas definidas no art. 5°, a órgãos ou entidades, podendo celebrar convênios, contratos, acordos e outros instrumentos, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

A Fundação Josué Montello, ao longo de sua história e pelo rigoroso cumprimento de seus nobres fins institucionais fez-se destinatária dos seguintes Títulos e Registros outorgados pelo Poder Público em suas diversas esferas:

- > ENTIDADE DE INTERESSE PUBLICO ESTADUAL, Lei nº7249, de 29.09.1998, publicada no DOE de 14.10.1998;
- > ENTIDADE DE INTERESSE PUBLICO MUNICIPAL, Lei n°3.750, de 16.12.1998, publicada no DOM de 24.12.1998
- > INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- > CERTIFICADA COMO ENTIDADE DE INTERESSE SOCIAL (FILANTRÓPICA):
- > REGISTRADA NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA -MA;
- CREDENCIADA JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO -CNPQ, para receber e gerenciar recursos oriundos de pessoa jurídica de direito privado para projetos de pesquisa;
- CREDENCIADA JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-CNPQ, para proceder importações com benefícios da lei nº8010/1990;
- CREDENCIADA E AUTORIZADA POR ATO CONJUNTO DOS MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO -MEC E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO MCTIC, como fundação de apoio a Universidade Federal do Maranhão e ao Instituto federal de educação ciência e tecnologia do maranhão -IFMA;
- > CREDENCIADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE;
- > QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE;

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 2.1 APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluído as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações são compostas por: Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Social; Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas.

#### 2.2 REGIME DE ESCRITURAÇÃO

O resultado foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

31.12.2020	31.12.2019
<u>374,20</u>	<u>705.761,45</u>
374,20	142,70
-	705.618,75
23.903.209,98	18.666.930,22
1.221.994,49	1.056.652,24
14.461.470,17	17.610.277,98
<u>12.822.848,42</u>	<u>19.079.785,42</u>
6.894.459,08	10.012.458,33
3.509.277,89	3.509.277,89
1.101.529,70	1.478.753,17
37.399,36	49.388,09
1.245.962,56	-
-	210.000,00
37.200,00	101.845,42
1.096.230,40	4.415.625,49
(1.099.210,57)	(697.562,97)
	374,20 374,20 - 23,903,209,98 1,221,994,49 14,461,470,17 12,822,848,42 6,894,459,08 3,509,277,89 1,101,529,70 37,399,36 1,245,962,56 - 37,200,00 1,096,230,40

- a) Banco c/movimento incluem os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, depósitos livres e depósitos com restrições. Os depósitos livres representam os depósitos bancários à vista correspondente a recursos próprios e os depósitos com restrições correspondem a recursos recebidos de terceiros.
- b) Aplicações Financeiras Os resultados de aplicações financeiras de liquidez imediata estão pelo valor da aplicação acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- c) Valores a receber Registrados pelo valor das notas fiscais emitidas até o encerramento do exercício e deduzido pelos respectivos recebimentos. A provisão para recebimentos incertos é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas estimadas.

2.4	OUTROS CRÉDITOS	31.12.2020	31.12.2019
		132.819,34	171.494,05

Os valores representam adiantamento de férias vencidas e proporcionais, acrescida dos correspondentes encargos sociais, imposto a recuperar e a adiantamento a terceiros.

# **2.5 ESTOQUE 31.12.2020**9.800,85 7.430,14

Avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

# **2.6 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE 31.12.2020**31.12.2019 3.537,65 3.660,44

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, sendo apropriados mensalmente ao resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros e assinaturas.

2.7	2.7 ANTECIPAÇÕES DE RECURSOS A CONTRATOS	31.12.2020	31.12.2019
		3.184.362.56	3.954.885.81

Os valores representam as antecipações de receitas realizadas pela administração para cobrir as folhas de pagamento e encargos sociais e trabalhistas e obrigações fiscais dos contratos celebrados, cujos recebimentos dos créditos se realizarão no exercício seguinte.

2.8	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	31.12.2020	31.12.2019
		83.637,81	19.435,35
	Os valores representam pagamento antecipados para fornecedores.		
2.9	CRÉDITOS DE CT - ENC. TRABALHISTAS	31.12.2020	31.12.2019
		10.699.374,75	10.942.064,04

Os valores representam provisões para pagamento do 13º salário, férias, aviso prévio, rescisões contratuais, multa de FGTS rescisório e processos trabalhistas relacionados a projetos encerrados ou em andamento.

#### 2.10 IMOBILIZADO

	31.12.2020	31.12.2019
IMOBILIZADO	7.899.093,82	8.357.020,14
Imobilizado Permanente	3.057.825,85	2.971.719,09
Imobilizações em Bens de Terceiros	6.614.789,27	7.014.734,97
Depreciação de Imobilizado Permanente	(1.773.521,30)	(1.629.433,92)

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas permitidas pela legislação em vigor. Os bens registrados no Imobilizado de Terceiros não são depreciados, pelo fato de serem doados no final do contrato para o Órgão Contratante.

#### 2.11 PASSIVOS FINANCEIROS

	31.12.2020	31.12.2019
FORNECEDORES	174.223,37	456.596,50
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	751.758,29	1.431.949,78
OBRIGAÇÕES FISCAIS	100.667,75	111.967,28
PROVISÕES DIVERSAS	11.811.835,86	12.106.343,04

São demonstrados pelas obrigações com fornecedores, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e provisões para pagamento do 13º salário, férias, aviso prévio, rescisões contratuais, multa de FGTS rescisório e processos trabalhistas relacionados a projetos encerrados ou em andamento.

As obrigações estão demonstradas por valores conhecidos ou estimados, incluídos os encargos e variações monetárias incorridas. As provisões de férias foram efetuadas, acrescidas de seus respectivos encargos sociais tendo sido apropriadas em despesas, obedecendo ao regime de competência.

#### 2.12 PASSIVOS CONTINGENTES

**31.12.2020 31.12.2019** PROVISÕES P/ CONTENCIOSOS 435.519,90 648.479,85

A entidade avalia as suas contingências ativas e passivas, de acordo com as determinações emanadas pela Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC N° 22, instituída pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e aceita pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através da Resolução n° 1.066, de dezembro de 2005, revogada pela Resolução n° 1.180 de 24.07.2009 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 19.7. Passivos contingentes são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.

#### 2.13 OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31.12.2020	31.12.2019
CONVÊNIO A EXECUTAR	7.035.167,23	7.027.246,45
RECEITA DIFERIDA	31.942.200,42	36.566.060,10

Representados por caução e seguro a pagar, convênios a executar e receita diferida, que são os saldos dos contratos de entidades públicas, os quais serão utilizados dentro do estabelecido no Projeto Básico, aprovado junto à instituição concedente de acordo com as rubricas aprovadas no respectivo contrato.

#### 2.14 PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme estatuto, as rendas geradas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota 1. Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, por meio de decisão unânime da totalidade dos membros do Conselho Curador, seu Patrimônio Social será incorporado integralmente ao de outra instituição filantrópica.

#### 2.15 APURAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Apresentou um Superávit no valor de **R\$ 2.907.632,84** (Dois milhões, novecentos e sete mil, seiscentos e trinta de dois reais e oitenta e quatro centavos). O resultado foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

#### 2.16 RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até o encerramento do balanço, na medida em que todas as despesas relacionadas aos serviços possam ser mensuradas confiavelmente.

#### 2.17 CONTINGÊNCIAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Na data das demonstrações financeiras, a Fundação apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

PROVISÕES P/CONTENCIOSOS 435.519,90
DEPÓSITOS JUDICIAIS (116.297,67)
PROVISÃO LIQUIDA 319.222,23

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões efetuadas para eventuais perdas, foram efetuadas considerando as causas com possibilidade de perda provável e mensuráveis com suficiente segurança, conforme opinião de seus consultores jurídicos externos.

Além das provisões que foram contabilizadas, a Fundação possui ações judiciais cuja possibilidade de perda foi considerada possíveis, conforme opinião de seus consultores jurídicos externos, abaixo detalhado:

Processo: 13755/2010-5ª VC - FEMAHOSP LTDA	1.312.910,70
Processo: 0820482-16.2019.8.10.0001-16 <sup>a</sup> VC -MEDSURGERY LTDA	217.140,39
Processo: 10320-724.499/2015-70 – Auto de Infração –Secretaria da Receita Federal	5.787.367,61
do Brasil –Delegacia de São Luís- MA	
Processo: 10320-724.497/2015-81 – Auto de Infração –Secretaria da Receita Federal	71.018.511,99
do Brasil -Delegacia de São Luís -MA	
Processo: 10320-724.498/2015-25 – Auto de Infração –Secretaria da Receita Federal	14.947.576,63
do Brasil -Delegacia de São Luís -MA	
TOTAL DAS PROVISÕES C/ POSSIBILIDADE DE PERDA POSSIVEL	93.283.507,32

As contingências com possibilidade de perda possível, referem-se a Autos de Infração perante a Secretaria da Receita Federal, cujo objeto é a imunidade da Quota Patronal, RAT e Terceiros.

Existem duas Ações Anulatórias de lançamentos tributário em curso. O processo de nº0007643-79.2012.4.01.3700, que tramita perante a 3ª Vara Federal de São Luís/MA, para anulação dos autos de infração nº37.288.913-1/37.288.914.-0/37.288.915-8, transitou em julgado em 02/10/2018, com decisão exitosa. Atualmente, pende tão somente de cumprimento de sentença, inerente a baixa e arquivamento dos referidos lançamentos tributários perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil

Já o processo nº0003817-06.2016.4.01.3700, que igualmente tramita perante a 3ª Vara Federal de São Luís/MA, pretendia anulação dos autos de infração nº10320-724.499/2015-70,10320-724.497/2015-81 e 10320-724.498/2015-25, em primeira instancia foi julgado totalmente procedente. Porém, o TRF da 1ª Região, proveu parcialmente recurso de apelação interposto por União, para o fim de manter a cobrança da contribuição previdenciária inerente às Terceiras Entidades e Fundos (Terceiros) e da Contribuição Previdenciária a cargo dos segurados. Os consultores que acompanham estes processos, observam que:(a) a Fundação Josué Montello não havia sido intimada para contrarrazões;(b) não foi analisada a incidência do Art.3º, § 5º, da Lei nº11.457/2007, no tocante a isenção tributária de "Terceiros" e;(c) também não são consideradas decisão da Consultoria Jurídica do MPAS, de 24.03.1999,e a Solução de consulta Interna COSIT nº9,de 23.06.2015,publicada no sitio da RFB em 14/07/2015,referente a Contribuição Previdenciária a cargo dos segurados. Assim, foram opostos embargos de declaração arguindo nulidades e omissões, os quais pendem de julgamento pela 7ª Turma do TRF 1ª Região desde 28/09/2018.Em razão de desmembramento de terceiros e cobrança indevida da parte dos segurados, foi requerido o cumprimento de tutela de Urgência de suspensão da exigibilidade dos tributos, porem indeferida, e em 05/11/20 após novo embargos de Declaração em acordão de apelação foi julgado em 24/11/20, sendo acolhido o pedido de anulação do acordão anterior em razão da nulidade na falta de intimação para contrarrazões ao apelo.

#### **NOTA 3 - ASPECTOS FISCAIS**

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e filantrópica, goza da imunidade tributária no que se refere ao seu Patrimônio, rendas e serviços, inclusive abrangendo as contribuições sociais e previdenciárias, para o desenvolvimento de seus objetivos atendendo aos requisitos legais e constitucionais que asseguram esta imunidade, previstos quanto aos Impostos no Art.150,Inc.VI "C" da Constituição; quanto as contribuições sociais e previdenciárias, nos Artigos 195, § 7º e 146,Inc.II,cc Art.14 do CTN (conforme Tema 32 do STF).

#### **NOTA 4 - ATIVIDADES FILANTRÓPICAS**

A Fundação Josué Montello vem desenvolvendo suas atividades filantrópicas através das ações de Assistência à Saúde bem como o apoio ao desenvolvimento de Projetos de Ensino Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional, viabilizados pelo HU-UFMA e pela gestão de projetos de órgãos públicos estadual e municipal. Ainda desenvolve e apoia os seguintes projetos sociais: projeto Biti Orun (Sol é Vida), projeto Thembi (Esperança), Projeto Girassóis, Projeto Vida Nascente

Construtores da Paz, Projeto Cidadanear no município de São Luís –MA; projeto Aprendendo a Ser Incluído no município de Balsa –MA; Projeto Temática Rural Quilombola (Semana do Bebe Quilombola) uma parceria com a Prefeitura Municipal de Bequimão - MA e o assessoramento ao projeto "Educazione, Salute, Acqua e Autosviluppo famigliare" (Educação, Saúde, Água e Autodesenvolvimento Familiar), com parceria com a ONG Medicus Mundi Itália e a Associação Santo Antônio dos Pretos (ASA dos Pretos), do município de Penalva -MA.

#### **NOTA 5 - ISENÇÕES USUFRUÍDAS**

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e filantrópica, usufruiu de desoneração das contribuições sociais e previdenciárias, descritas como as devidas fossem, no exercício de 2020 e 2019, como seguem:

DESCRIÇÃO DO TRIBUTO	31/12/2020	31/12/2019
Cota Patronal + SAT + Terceiros	3.351.465,23	4.587.730,76

#### **NOTA 6 - GRATUIDADES E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**

A FJMONTELLO foi instituída com o objetivo principal de apoiar o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – HUUFMA, que além de Hospital Escola é referência dos procedimentos de alta complexidade para o Sistema Único de Saúde –SUS, no Estado do Maranhão.

No cumprimento de seu objetivo e para apoiar os serviços especializados e as pesquisas realizados pelo Hospital Universitário, a FJMONTELLO cedeu a título de comodato três dos seus imóveis de sua propriedade:

- Imóvel onde funciona o Centro de Prevenção de Doenças Renais com o objetivo de oferecer à população maranhense um atendimento diferenciado às diversas patologias renais, observando as causas tratáveis e preveníeis da doença, localizado à rua Silva Jardim, 83- Centro, avaliado em R\$-1.352.721,77 (Um milhão trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e vinte e um reais e setenta e sete centavos). Renunciando ao aluguel no valor anual de R\$- 112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais).
- > Imóvel onde funciona o Biobanco de Tumores e DNA do Maranhão que tem como propósito suprir a carência de dados referente estudos sobre os cânceres no Estado do Maranhão, localizado na rua Coelho Neto, 322, Centro, avaliado em R\$-345.854,25 (trezentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), renunciando ao aluguel no valor anual de R\$- 17.390,56 (dezessete mil trezentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos.
- > Imóvel onde funciona o Centro Oftalmológico do HUUFMA, localizado à rua Silva Jardim, 93-Centro, avaliado em R\$-1.705.597,44 (Um milhão setecentos e cinco mil quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos), renunciando ao aluguel no valor anual de R\$-143.270,16 (cento e quarenta e três mil duzentos e setenta reais e dezesseis centavos).

#### **NOTA 7 - APLICAÇÕES DE RECURSOS**

Os recursos foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o Estatuto Social, demonstrado pelas despesas e investimentos patrimoniais.

#### **NOTA 8 - COBERTURA DE SEGUROS**

A entidade mantém apólices de seguro visando cobrir riscos operacionais, compreendendo os veículos, prédio, equipamentos eletrônicos, junto a instituições seguradoras nacionais, em valores considerados suficientes para cobrir os riscos correspondentes.

#### **CONSELHO CURADOR**

Regina Celi Miranda Reis Luna - Presidente
Maria de Fatima da Silva Fonteles -Vice-Presidente
Conselheiros
Ana Helia de Lima Sardinha
Ana Karina Teixeira da Cunha França
Alcione Miranda Santos
Antonio Raposo Filho
Fernanda Ferreira Lopes
Gardenia Baluz Couto
Livio Estrela Soares

#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Maria de Jesus Jorge Torres - Diretora Presidente Maria Ocirema da Silva Gomes de Oliveira- Superintendente

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

São Luís -MA, 31 de dezembro de 2020.

Maria de Jesus Jorge Torres Diretora Presidente CPF: 134.629.463-15 Roseni Leitão Silva CRC MA 013573/O-2 CPF: 644.713.573-87

## 8.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE



www.audiplacauditoria.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Josué Montello São Luís-MA.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Josué Montello, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Josué Montello em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

AUDIPLAC AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S CNPI: 41.396.399/0001-07 - CRC nº 282, Av. Silva Paulet, 769 - Aldeota, CEP: 60.120-020, Fortaleza-CE. Fone/Fax 3244/7154, Email: auditoria@audiplacauditoria.com.br



#### www.audiplacauditoria.com.br

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Alem disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

AUDIPLAC AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S CNP1: 41.396.359/0001.07 — CRC nº 282, Av. Silva Paulet, 769 — Aldeota, CEP: 60.120-020, Fortaleza-CE. Fone/Fax 3244.7154, Email: auditoria@audiplacauditoria.com.br



#### www.audiplacauditoria.com.br

- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobra a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidencias de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de março de 2021.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.

CRC-CE-000282/O-9 S-MA

Rafael Miranda de Figueiredo

Contador CRC - CE - 20.880/O-7 S-MA

AUDIPLAC AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBILS/S CNP1: 41,396,399/0001-07 - CRC nº 282, Av. Silva Paulet, 769 - Aldeota, CEP: 60.120-020, Fortaleza-CE. Fone/Fax 3244,7154, Email: auditoria@audiplacauditoria.com.br

#### 8.2 PARECER DO CONSELHO FISCAL



Travessa Silva Jardim, 42 Centro - São Luís - Maranhão CEP: 65020-560

Tel:(98) 2107-7100 / 2107-7110 CNPJ: 01.441.372/0001-16 fimontello@fimontello.com.br

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Josué Montello, reunido ordinariamente, por meio de vídeo conferencia, no dia 24 de março de 2021, às 15:00 horas, com a participação dos Conselheiros abaixo assinados, convocados para analisar e emitir parecer sobre os Demonstrativos Contábeis do Exercício de 2020, composto por:

- 1. Balanço Patrimonial
- 2. Demonstração de Resultado do Exercício
- 3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
- 4. Demonstração do Fluxo de Caixa
- 5. Notas Explicativas sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2020.

E, ainda com base no Parecer da Auditoria Independente, realizada pela Firma AUDIPLAC - Auditoria e Assessoria Contábil S/S, depois de tudo visto e bem examinado. emite o seguinte parecer:

Somos favoráveis à aprovação dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2020, considerando que a documentação apresentada está de acordo com as normas estatutárias e legislação vigente e com base no Parecer da Auditoria Independente.

Dê-se conhecimento deste parecer à Diretoria Executiva e encaminhese ao Conselho Curador.

São Luís, 24 de março de 2021

Maria do Socorro Pereira Mendes da Silva Presidente

FARL 803 Swinds (g)

Conselheiro

José de Ribamar Santana Netto Conselheiro

Rainen do Nonato de lesta Neto Raimundo Nonato da Mota Neto Conselheiro

www.fjmontello.org

# 8.3 RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR



Travessa do Currupira, 42 Centro - São Luis - Maranhão CEP 65020-560

Tel. (98) 2107-7100 / Fax:(98) 2107-7110 CNPJ 01.441.372/0001-16 fjmontello@fjmontello.com.br

Resolução nº 03/2021 - CONCUR

A Presidente do Conselho Curador, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando o Parecer do Conselho Fiscal e ainda, o que decidiu este Conselho, na 65ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2021.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Parecer do Conselho Fiscal referente aos Demonstrativos Contábeis do Exercício de 2020, composto do Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações de Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas sobre as demonstrações contábeis em 31.12.2020.

São Luís, 27 de abril de 2021

Maria de Fâtima da Silva Fonteles Vice-Presidente no exercício da Presidência

www.fjmontello.org